



Clube emite carta de esclarecimento sobre serviço extra

O Clube dos Oficiais da Polícia e Bombeiro Militar da Paraíba, vem a público esclarecer aos oficiais da Polícia e Bombeiros Militar, às praças da PM e BM da Paraíba, e aos interessados em geral:

- 1 - O "Plantão Extraordinário" foi instituído através da Lei Estadual 9.084, de 5 de maio de 2010;
- 2 - Até a presente data a referida Legislação Estadual ainda não foi regulamentada conforme estatui a Constituição Federal ou a Constituição Estadual, ou seja, por meio de DECRETO;
- 3 - De forma ILEGAL e sem respaldo normativo, o Comando Geral da Polícia Militar emitiu a Resolução 002/2017, "estabelecendo critérios" em relação ao "Plantão Extraordinário";
- 4 - Que, no concernente a legalidade, a Resolução 002/2017 não tem o condão de regulamentar a Lei Estadual 9.084/2010, haja vista que o Comando Geral da Polícia Militar não detém poder regulamentar em relação a Lei em sentido formal, o que apenas pode ser feito pelo Governador do Estado, afigurando-se clara a tentativa de USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA do Comando da PMPB em relação ao Governador do Estado;
- 5 - Na hipótese do Estado da Paraíba, o que se observa cotidianamente é

- o desvio de finalidade praticado pelo Governo, valendo-se do "Plantão Extraordinário" para suprir a falta de efetivo, gerando enorme insatisfação haja vista a baixa remuneração dos militares estaduais;
- 6 - Diante dos abusos cometidos, é evidente o desrespeito ao descanso semanal remunerado e o limite de "horas extras" a que todo ser humano deve ser submetido,
 - 7 - Atualmente, o valor pago pelo "Plantão Extraordinário" ao policial militar ofende claramente o disposto no art. 7º, XVI, da Constituição Federal;
 - 8 - Deste modo, solicitamos ao Ministério Público do Estado da Paraíba, especialmente aos honoráveis Integrantes do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial, que no uso de suas atribuições fiscalizatórias externas da "atividade policial", subscritores da Recomendação 002/2020, que instaure o competente INQUÉRITO CIVIL para apurar as denúncias aqui formuladas, em especial a prática de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ora demonstrada.
 - 9 - A Diretoria disponibilizará todo seu corpo jurídico para defender os integrantes das corporações (oficiais e praças) que sejam vítimas de abuso e ilegalidade.
- A DIRETORIA

Diretoria pede transferência de Oficiais para a reserva

A diretoria do Clube dos Oficiais da Polícia e Bombeiro Militar da Paraíba -COPM-BM- através do seu presidente, o coronel Francisco de Assis, protocolou requerimento junto ao Comando Geral da PMPB, solicitando a transferência de oito Oficiais para a reserva remunerada, por atingimento do tempo máximo de permanência na ativa (30 anos), conforme a legislação vigente atual.

De acordo com o diretor jurídico, do COPM-BM, coronel Dutra, tal medida, em atenção aos princípios constitucionais da igualdade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, atendeu a apelos de oficiais de postos inferiores, que almejam serem promovidos, bem como assumir funções superiores, permitindo a renovação dos gestores militares.

Não podemos aceitar mais na nossa instituição esse mecanismo de blindagem de alguns apadrinhados em detrimento de prejuízos aos oficiais mais novos e que precisam ter garantia das suas ascensões funcional.

Entidades convidam mulheres de policiais e bombeiros para café da manhã

O Fórum dos Servidores, entidade que agrega 14 entidades das polícias civil, militar e corpo de bombeiros convida mulheres policiais, esposas, viúvas e filhas para um café da manhã na segunda-feira (17) às 7h30h, na Praça João Pessoa, no centro da cidade.

Governador reúne entidades e adia decisão para terça-feira

O Fórum das Entidades das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros, representando 20.149, informa que nessa sexta-feira (14) ocorreu mais uma reunião na granja Santana com o governador e o secretário de segurança pública e a secretaria de administração, onde foram apresentados todos os dados da repercussão financeira. O governador mais uma vez pediu para dá uma posição na próxima terça-feira, considerando a ausência do secretário da fazenda que se encontra fora do estado.

Verdadeiramente mais um adiamento preocupante e descabido, mas por decisão de sua maioria e demonstrando que o Fórum está aberto ao diálogo e pretende resolver essa situação o mais rápido possível.

Comunicamos a todos os policiais da Paraíba que estamos com um cronograma de ações, aprovado na Assembleia Geral Unificada, que prevê no dia 17 de fevereiro de 2020 (segunda-feira), às 7h30, um café da manhã com as esposas e filhas dos policiais, na praça João Pessoa. Caso não consigamos êxito na negociação salarial com o Governo do Estado, na próxima terça-feira, serão agendadas as paralisações de 12h e 24h, conforme deliberado em assembleia. Frisamos que é de suma importância que todos os policiais estejam mobilizados e preparados, apoiando o movimento, pois a execução das deliberações aprovadas em assembleia, principalmente das paralisações, pode ser comunicada com apenas um dia de antecedência.

João Pessoa, 14 de fevereiro de 2020.

Fórum das Entidades das Polícias Civil, Militar e Bombeiros.